



# A PROBLEMÁTICA DA INDÚSTRIA SUCRO-ALCOOLEIRA DO NORTE FLUMINENSE

Pesquisa editorial (ano-base 1986)

**O** chamado Norte Fluminense ocupa uma área de 16.065km<sup>2</sup> e abrange 14 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Historicamente, Pero Góis de Oliveira foi quem introduziu a lavoura canavieira na região, quando plantou, em 14 de agosto de 1539, as primeiras mudas de cana, à margem direita do Rio Itabapoana, na Capitania de São Tomé, em Vila Rainha, hoje Barra do Itabapoana.

Destruída pelos Índios carajás, que escravizara, a lavoura de cana só veio ressurgir, 113 anos após, nas terras aluvionais trazidas pelas correntes dos rios Paraíba do Sul e Itabapoana e depositadas, durante séculos, nas planícies campistas. Data de 1652 a instalação do primeiro engenho de cana-de-açúcar em Campos.

Em 1887, inaugurava-se a usina Quissamã, no Município de Macaé, e, a partir de então, as usinas se multiplicaram e aí

toram concentradas. A oeste do meridiano que passa por Cabo Frio, não há usinas, quer pelas condições orográficas do terreno, quer pela valorização imobiliária das terras, elemento indispensável à cultura canavieira.

Hoje existem 17 usinas no Norte Fluminense: 12 no Município de Campos, duas no de Macaé e uma em cada um dos municípios de Conceição de Macabu, São Fidélis, Bom Jesus de Itabapoana e São João da Barra.

Todavia, não é progresso o quadro econômico e social da região. Sua renda *per capita* é bem inferior à do Nordeste.

Nos últimos 20 anos, o êxodo rural, fruto da decadência agrícola, vem engrossando os contingentes mais pobres da periferia da cidade do Rio de Janeiro, e a mão-de-obra da lavoura passou a arregimentar mulheres e crianças, não só pela escassez de braços masculinos e adultos, como pela ca-

rência de outras atividades econômicas adequadas ao trabalho braçal, única aptidão da maioria dos analfabetos rurícolas regionais. Entre 1960 e 1980, enquanto a taxa de crescimento da população urbana apresentava índices positivos, embora decrescentes (32,27 em 1970 e 27,35 em 1980), a taxa de crescimento da população rural espelhava índices negativos (-18,94 em 1970 e -12,68 em 1980).

Participando com 60% na formação do produto bruto regional, o setor canavieiro fluminense tropeça e claudica, não conseguindo desempenhar, sem auxílio do Governo Federal, a função social que lhe cabe.

Quando a direção da atividade agroindustrial foi retirada da iniciativa privada, em 1931, o Estado do Rio de Janeiro era o segundo maior produtor de cana-de-açúcar do País. No censo de 1981/82, figurava como quinto. No plano de safra 1985/86, mantinha essa mesma posição como produtor de açúcar e sétimo de álcool, não produzindo o suficiente para o seu próprio consumo interno.

Em relação à área cultivada, o índice de crescimento dos canaviais fluminenses no período 1972/83 (23,3%) não acompanhou a expansão ocorrida no País (141,4%). Em termos absolutos, significa um déficit de 118,0%; em termos relativos, representa uma situação de quase estagnação.

A produtividade média dos canaviais fluminenses é muito baixa, em consequência de diversos fatores. O primeiro diz respeito às condições pluviométricas da área.

O índice pluviométrico ideal para a lavoura canavieira é de 1.920mm ao ano, que garante uma segurança de 20% em relação ao mínimo exigido pela cana-de-açúcar (1.600mm).

No período de 1915 a 1980, os volumes observados foram os mostrados no Quadro 1.

Quadro 1.

Chuvvas (mm)	Freqüência (anos)
300 - 600	02
600 - 800	15
800 - 1.000	23
1.000 - 1.200	20
1.200 - 1.600	06

Nos 66 anos observados, somente em seis (menos de 10% do período) houve precipitação pluviométrica aceitável, ainda que sem atingir o índice pluviométrico ideal.

Embora a cultura de cana-de-açúcar seja uma das poucas resistentes a maus-tratos, ela é muito sensível à falta de água. O déficit hídrico impossibilita a reposição, no solo, da perda hídrica decorrente da vapo-transpiração da planta, o que reduz o rendimento em relação aos produtos que dela se extrai. E na região canavieira do Norte Flu-

minense, os efeitos da baixa precipitação pluviométrica são agravados pelos ventos constantes a que a região está submetida em função de sua posição, próximo à costa marítima e limitada pelos contrafortes da Serra do Mar.

No período de janeiro a março, ocorre o pico da evaporação, quando se estima que o déficit hídrico atinge 50%.

O segundo fator refere-se à natureza do solo e seu tratamento agrônomico.

A cultura da cana-de-açúcar, de um modo geral, distribui-se entre "canaviais de fornecedores" e "canaviais de usina" – estes de propriedade dos usineiros, aqueles de particulares.

Dispensando pormenores técnico-agrônomicos, pode-se dizer que os solos norte-fluminenses são extremamente heterogêneos, porque aluvionais, ao contrário dos solos paulistas, que lideram a produção nacional de cana-de-açúcar desde os anos 50 e que são constituídos de grandes extensões homogêneas do melhor solo agrícola, para a cultura canavieira ou qualquer outra – o latossolo vermelho ou "terra roxa".

Essa heterogeneidade implica tratamentos agrícolas e em métodos de cultivo diferentes, de um para outro local, de um para outro canavial. Para obter-se maior rendimento, ter-se-á que conseguir a adequação da variedade da cana ao solo de plantio, o que não se observa na região.

A tecnologia agrônômica de conservação do solo é, por sua vez, deficiente no Norte Fluminense. São inúmeros os "canaviais de fornecedores" sem orientação agrícola e que superam, em área plantada e quantidade de cana produzida, os "canaviais de usina".

Raro é o emprego de trabalhos topográficos que garantam o plantio em curvas-de-nível. O desconhecimento de procedimentos capazes de minimizar perdas da preciosa e deficiente precipitação pluviométrica é quase total. Técnicas de adubação e tratamento fito-sanitário são ignorados. Na maioria das destilarias, há desperdício do vinhoto, pouco aproveitado como adubo natural.

Os organismos estatais de assistência técnica aos "canaviais de fornecedores" instalados na região são, ainda, insuficientes e não conseguiram os resultados esperados de sua atuação.

Outros fatores podem ser apontados.

Nas usinas fluminenses, 58,7% da cana consumida pelas moendas são oriundas de "canaviais de fornecedores", e 41,3%, de canaviais próprios.

Essa predominância de cana de terceiros enfraquece as usinas, obrigadas a concorrer a um verdadeiro "mercado de cana". Os fornecedores vendem seu produto à usina que lhes ofereça maiores vantagens pecuniárias.

Para atender ao mercado de

cana, em Campos, a grande maioria das usinas paga ágio sobre os preços oficiais, propicia adiantamentos sobre compras isentos de juros, supre os fornecedores com serviços (corte, carregamento e transporte da cana, dos canaviais, para as esteiras das moendas; preparo da terra para plantio etc.) gratuitamente ou a preços simbólicos. Oferecem, enfim, vantagens a que os fornecedores não fazem jus, mas que, com o passar dos anos, criam direitos difíceis de serem extintos.

Esse fenômeno não ocorre

– até 500 toneladas . . . . .	2.113 fornecedores
– de 500 a 1.000 toneladas . . . . .	86 fornecedores
– de 1.000 a 2.500 toneladas . . . . .	58 fornecedores
– de 2.500 a 5.000 toneladas . . . . .	21 fornecedores
– de 5.000 a 7.500 toneladas . . . . .	09 fornecedores
– de 7.500 a 10.000 toneladas . . . . .	03 fornecedores
– acima de 10.000 toneladas . . . . .	05 fornecedores

Predominam, nessas condições, os “microfornecedores”, havendo registro de alguns com apenas 700 quilos do produto.

Em São Paulo, ao contrário, predominam os “macrofornecedores”, grande número deles entregando de 10.000 a 100.000 toneladas de cana às usinas. Fornecedores com produção abaixo de 1.000 toneladas são em número insignificante.

O fenômeno tem explicação.

Quando o *cappo*, chefe da família de origem italiana, base da colonização rural paulista, falece, seu filho mais velho assume a função gerencial dos negócios da família e não há di-

em São Paulo, onde os fornecedores se filiam, tradicionalmente, às mesmas usinas, conservando esse vínculo por gerações. No Norte Fluminense, em virtude dele, os custos industriais aumentam, os lucros diminuem e os prejuízos se acumulam. Existiam aí cadastrados 12.246 fornecedores (safra 1977/1978).

As usinas do Grupo Othon (Carapebus, Cupim e Barcelos), por exemplo, possuíam, em 1985, 2.295 fornecedores que lhe supriam de cana nas seguintes quantidades:

visão de propriedade, mas divisão eqüitativa da produção. As famílias que possuem filhos homens aumentam suas propriedades pelo casamento. Só há decréscimo nas famílias com maioria de filhos do sexo feminino.

No Norte Fluminense, a origem da colonização é portuguesa. A ela veio juntar-se, atraída pelo ciclo do açúcar anterior ao século XVIII, grande quantidade de descendentes dos mascates, em sua maioria de origem oriental (turcos, sírios e libaneses), todos com o espírito comercial herdado dos seus antepassados e com o costume de repartir, en-

tre os herdeiros, a herança deixada por seus pais. Em consequência, as propriedades vão ficando menores a cada geração, até se tornarem inviáveis para a cultura canavieira, exigente de insumos, máquinas, mão-de-obra e trabalho, incompatíveis com pequenas propriedades.

A tendência do "microfornecedor" do Norte Fluminense é, assim, abandonar a atividade de cana-de-açúcar, trocando-a, em geral, pela pecuária, que não requer os equipamentos e trabalhos próprios da cultura de cana.

O tripé agricultura-mecanização-manutenção constitui a base do êxito de qualquer agroindústria. Procedimentos agrícolas apropriados, uso de máquinas, equipamentos e implementos mantidos em alto nível de disponibilidade, por procedimentos corretos de manutenção, são imprescindíveis ao alto nível de produção.

Esse tripé é ignorado pela grande maioria das usinas norte-fluminenses. É flagrante a baixa disponibilidade de máquinas e equipamentos, causada por procedimentos defeituosos de manutenção, em particular de natureza preventiva.

Em 1974/1975, ainda existente o "Fundo de Exportações Capitalizadas", foi autorizada a melhoria das usinas, via empréstimos subsidiados.

As usinas de São Paulo planejaram a aplicação desses recursos, modernizaram-se e aumentaram sua produtividade.

No Estado do Rio de Janeiro, não houve planejamento. As usinas compraram equipamentos em função do poder de vencimento dos vendedores. A Usina São José, por exemplo, possui hoje a maior moenda do Brasil e não dispõe de cana para usinar. Dessa forma, malgrado os recursos subsidiados, agravou-se a baixa produtividade.

No que respeita ao aspecto econômico-financeiro, a situação da grande maioria das usinas do Norte Fluminense é preocupante. Há uma usina com falência decretada, a Novo Horizonte, e outras em situação precária. Com capital de giro suficiente para fazer funcionar a agroindústria, sem recursos de terceiros, existe uma pequena minoria. O normal é a submissão aos juros pagos na aquisição de capital, onerando os preços de produção.

As dificuldades financeiras, somadas a medidas que possam ser tomadas pela política do Governo, visando a diminuir os subsídios de equalização dos custos do açúcar e do álcool, e a maior austeridade na determinação dos preços desses produtos e de suas matérias-primas farão com que as indústrias atualmente existentes no Norte Fluminense, a médio e longo prazo, diminuam em número com algumas delas desaparecendo ou sendo absorvidas por outras.

Outro aspecto que contribui

para a baixa produtividade sucro-alcooleira do Estado do Rio de Janeiro refere-se ao arraigado tradicionalismo dos plantadores de cana, em sua preferência à variedade denominada Campos-Brasil 45-3, ou CB 45-3.

O período de maturação dessa variedade, que há muitos anos predomina na região e representa 83,2% da área cultivada, vai de meados de junho a setembro. Sendo o sistema de pagamento implantado no Norte Fluminense o chamado "pagamento de cana pelo teor de sacarose" (PCTS), a entrega da cana pelos fornecedores se dá nesses meses.

Como consequência, fora desse período há falta de cana madura para sustentar a moagem das usinas, importando ociosidade. As safras têm, assim, uma duração média de quatro a cinco meses, havendo de sete a oito meses de entressafra. E o parque canavieiro fluminense, com uma capacidade de moagem instalada de 16 milhões de toneladas, opera com uma ociosidade próxima dos 50%.

Resta, dentro da problemática sucro-alcooleira do Norte Fluminense, referir à ausência de liderança política regional autêntica e séria, capaz de defender os reais interesses da indústria.

A baixa produtividade das usinas, como se viu, decorre primordialmente da falta de cana - que, fruto principalmente

da insuficiência hídrica nas lavouras, poderia ser corrigida com a irrigação.

O incremento da produção no Norte Fluminense, via irrigação, importava em investimentos correspondentes a vinte centavos de dólar por litro de álcool, enquanto a instalação de novas destilarias exigia dispêndios estimados em US\$1.00 a US\$1.20 por litro.

Por falta de ação política competente, deixou-se que fosse investido em novas usinas em outras regiões (algumas com excesso de produção, como São Paulo) cinco vezes mais que o necessário à vitalização dos canaviais fluminenses.

Sem irrigação, o Norte Fluminense produz, aproximadamente, 40 toneladas de cana por hectare e 86 quilos de açúcar por tonelada de cana. São Paulo produz 80 toneladas de cana por hectare e 110 quilos de açúcar por tonelada de cana. Com a irrigação, seria possível ao Norte Fluminense atingir os índices de São Paulo e, com a maior receita auferida, pagar a dívida de todas as usinas do Estado do Rio de Janeiro.

Três milhões de cruzados já tinham sido gastos em estudos para a irrigação do Norte Fluminense e um projeto, denominado PROJIR, foi dado a público em um seminário ocorrido em Campos, em dezembro de 1984, intitulado "Grito do Rio". Na ocasião, foi divulgado que o PROJIR importaria em um dispêndio de 180 milhões de dólares (540

bilhões de cruzeiros, à época). Esta quantia repercutiu negativamente sobre a implementação do projeto. Sua divulgação foi um erro político que prejudicou particularmente o Norte Fluminense, de nada adiantando esclarecimentos posteriores de que esse quantitativo deveria ser gasto em um prazo estimado de quinze anos.

Refletindo ainda a limitada visão política regional, vale apresentar alguns dos incentivos que o Estado do Espírito Santo proporciona (ou proporcionava) aos investidores na indústria sucro-alcooleira capixaba:

- 42,5% de captação de recursos;
- do ICM pago em cada quinzena, o contribuinte poderá optar pela aquisição de ações ou debêntures conversíveis até 5%, emitidas por empresas novas, sejam industriais, comerciais ou de serviços;
- bonificação nominal, em dinheiro, de 85% do ICM reco-

lhido cada mês, durante 12 anos ou até atingir o montante do investimento fixo, corrigido monetariamente;

- concessão do crédito total do ICM pago pela aquisição de máquinas e equipamentos;
- concessão de financiamento de capital de giro a prazo de 15 anos, sem correção monetária.

Em consequência, há usinas nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo que, separadas em apenas 70 quilômetros, têm poderes de competição na compra de matéria-prima completamente diferentes. Mesmo em Campos, há usinas pertencentes a grupos espírito-santenses em situação financeira superior às demais usinas do Município.

Hoje, o observado é um crescente afastamento nos índices de produção dos dois estados vizinhos. No Espírito Santo, alcançam patamares elevados, ao passo que no Norte Fluminense apresentam sintomas de estagnação econômica.